

Cosmopolitismo Infantil: Qual o lugar social das crianças na contemporaneidade?

A complexidade em desvendar o impacto das diversas mudanças na vida das crianças e adolescentes é um desafio para nossa imaginação coletiva e capacidade analítica. Mas não podemos embarcar nesta tarefa sem a participação dos mesmos, pois são eles os atores centrais que podem nos ajudar a compreender como vão reagir e se adaptar a essas mudanças, diferentemente dos adultos. (RIZZINI, 2006:16).

O debate acerca do lugar ocupado pelas crianças no mundo contemporâneo evidencia-se como necessário em face das transformações sociais, econômicas e culturais que decorrem do fenômeno da globalização¹, pois, apesar das inúmeras conquistas advindas dos avanços científicos e tecnológicos, sobretudo no âmbito jurídico que vêm cada vez mais reconhecendo as crianças como sujeitos de direitos², a infância se constitui um dos grupos sociais mais sensivelmente afetados pela pobreza, pela marginalidade e pela exclusão social. Tomás e Soares (2004) destacam que a exclusão da infância também ocorre nas discussões acerca dos processos de globalização, já que se mantêm um paradigma de invisibilidade das crianças na sociedade.

Quando tentamos compreender e situar a infância no contexto da globalização neoliberal, a imagem mais determinante que daí resulta, é a ideia da dupla exclusão das crianças: uma exclusão justificada pelos indicadores de pobreza, marginalização e exclusão, que indesmentivelmente afeta este grupo social: uma exclusão justificada também pela invisibilidade e ausência das crianças nos ‘centros’ de decisão. (TOMÁS & SOARES, 2004:2).

Ao analisar a complexa relação entre infância e globalização, Rizzini (2006) reitera que os efeitos da globalização são variados e até mesmo contraditórios, sendo capazes de modificar o percurso dos eventos de forma negativa ou positiva, uma vez que o crescimento no processo de industrialização em um determinado país pode contribuir para a melhoria na qualidade de vida, tanto de um número considerável de indivíduos,

¹ Rizzini (2006) destaca que existem diversas definições de globalização em voga no presente. A etimologia da palavra *global* sugere mudanças promovidas por forças exógenas a uma determinada sociedade, sendo que, para alguns observadores, esta é a chave do fenômeno. A autora destaca o entendimento de que o conceito de globalização inclui “qualquer desenvolvimento que facilite a expansão da autoridade, de políticas e interesses além das fronteiras territoriais socialmente construídas”.

² A Convenção dos Direitos das Crianças (CDC), estabelecida em 1989, é reconhecida como o principal exemplo da tentativa de legislar a infância em nível internacional, contudo ainda persiste um hiato entre o estabelecido juridicamente e a realidade vivida por milhões de crianças no mundo.

quanto apenas de uma minoria. Abordando os impactos das transformações econômicas, políticas e sociais decorrentes dessa lógica hegemônica, a autora compreende que

Qualquer introdução sobre o tema das mudanças globais não pode ignorar o rápido crescimento da desigualdade e seu impacto na vida das crianças e dos adolescentes. Este crescimento pode estar se acentuando devido ao fenômeno da globalização (ZAKARIA, 2001). O grau de desigualdade depende em grande parte da forma como ela é medida, mas pode se constatar uma distância cada vez maior entre os dez países mais ricos e os dez mais pobres. Enquanto a pobreza diminui, a desigualdade aumenta, ou seja, os ricos ficam cada vez mais ricos, os pobres apresentam uma mudança comparativamente menos significativa. (RIZZINI, 2006:06).

Boaventura de Sousa Santos (2003) reitera que a globalização neoliberal tem, de fato, como principal consequência, a distribuição extremamente desigual das riquezas e das oportunidades, exacerbando as desigualdades entre os países ricos e os países pobres, e entre ricos e pobres dentro de um país.

Nas palavras de Santos (2003:13):

O que chamamos de globalização é apenas uma das formas de globalização, a globalização neoliberal, que é sem dúvida a forma dominante e hegemônica de globalização. A globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores que visa, por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e por outro lado, submeter à sociedade a lei do valor, no pressuposto de que toda a atividade social se organiza melhor quando se organiza sob a forma de mercado.

Nesse contexto, o desafio de compreender os meandros e os impactos da globalização hegemônica para o modo como as crianças têm sido percebidas e tratadas, atentando para os efeitos da globalização na vida de crianças e adolescentes aponta para importantes mudanças ocasionadas em seu cotidianos. Tal reflexão se constitui subsidiada pelo inconformismo frente às condições de marginalização social, econômica, cultural e política que têm marcado os modos de vida da infância na contemporaneidade, sendo inaceitável que diante de tantos avanços nos mais diversos campos, a “pobreza crônica” ainda persista como um dos principais entraves à garantia dos direitos sociais das crianças.

Apesar de todos os progressos, as condições de existência das crianças não são tão fáceis hoje. Ao contrário, são mais complexas. Não é maior a autonomia que lhe é atribuída, é mais dissimulado o controle que sobre elas é exercido; não é mais seguro o caminho do desenvolvimento, são mais inquietantes e turbulentos os contextos de existência; não são mais igualitárias as oportunidades de vida, são até perversamente mais desigualitárias; não é mais claro o sentido das relações intergeracionais, ele é mais amplamente jogado entre a horizontalidade de um respeito atento às diferenças e a assimetria de poderes de participação e decisão coletiva. (SARMENTO, 2005:17)

Nessa ótica, cabe destacar o questionamento suscitado por Tomás e Soares (2004:2) em relação à infância no mundo: “Por que milhões de crianças continuam a ser excluídas e oprimidas?” Tal indagação expressa perplexidade frente à complexa situação da infância hoje, e nos remete a buscar compreender os meandros desse processo ambíguo, visando demarcar alguns dos obstáculos que se colocam para a melhoria das condições atuais de vida das crianças e para sua maior participação nas diversas esferas em que se encontram inseridas, buscando, assim, dar visibilidade a perspectivas alternativas à globalização hegemônica, que se fundamentem na necessidade de proteger e promover os direitos das crianças, tomando-as como parceiras de pleno direito.

Essas e outras questões apresentadas neste texto foram suscitadas a partir das discussões e reflexões realizadas nos encontros da disciplina “Educação Infantil nos Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural”, ministrada pelo Professor Doutor João Josué da Silva Filho, ao longo do segundo semestre do ano de 2009, no Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Ancorados pelo aporte teórico e empírico do trabalho desenvolvido pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos, bem como por alguns estudos da Sociologia da Infância (SARMENTO, 2004, 2005; CORSARO, 2002; GAITÁN, 2006; PROUT, 2004) tivemos como desafio tentar compreender criticamente os aspectos que demarcam o *Projeto Social e Cultural da Modernidade* relacionando essas configurações com o lugar ocupado pelas crianças na contemporaneidade, e considerando, especialmente, os contextos educativos das instituições criadas para educá-las e cuidá-las. Com isso, destacamos que foi a partir desses encontros que nos aproximamos da conceitualização elaborada por Santos (2000:54), reflexão designada pelo autor como “pós modernidade de oposição” - uma compreensão crítica da “atual situação sócio-cultural que, embora admitindo o esgotamento das energias emancipatórias da modernidade não celebra o fato, mas procura antes opor-se-lhe, traçando um novo mapa de práticas emancipadoras.”

Historicamente, a infância jamais foi considerada relevante, pois “de uma certa forma as crianças viveram sempre em um mundo que não percebia a especificidade deste período da existência humana”. (SILVA FILHO, 1998). Desse modo, pode se dizer que apenas muito recentemente começamos a discutir a infância como categoria social e as crianças como sujeitos sociais de pleno direito. Nesse sentido, é a partir da compreensão acerca da situação de *marginalização social, cultural, econômica, inclusive educativa das crianças* (SILVA FILHO, 1998) que se evidencia a importância de estudar a infância e compreender as crianças sob seus próprios termos, entendimento este, que, sobretudo encontra respaldo na tese de Santos (2000), ao nos ensinar que as respostas para os problemas sociais, decorrentes da Modernidade, devem ser buscadas no interior daqueles segmentos mais negligenciados e esquecidos por este projeto que são, “no domínio da regulação, o princípio da comunidade e, no domínio da emancipação a racionalidade estético-expressiva.” (SANTOS, 2000:75). Assim, não obstante a compreensão de que os problemas concernentes à infância estão intrinsecamente relacionados à lógica social de um modelo que se sustenta na exclusão e na exploração de grande parte da população, em benefício de uma minoria, entendemos que a infância “invisibilizada”, (des) percebida, ao ser tratada e considerada “incompleta e irracional” pelos adultos, ao longo da história, carrega consigo a possibilidade de nos ajudar a repensar a monocultura hegemonicamente imposta, apontando caminhos possíveis para pensar e reinventar a emancipação social na construção um outro mundo possível.

Desse modo, a crítica, tanto ao modo como as crianças têm sido negligenciadas a partir da precarização das suas condições de vida, quanto à ênfase do direito dos adultos sobre elas, se constitui fundamental em nossa formação como pesquisadores da infância, uma vez que entre inúmeras contribuições, tal perspectiva subsidia o questionamento da naturalização da “posição de subalternidade das crianças face ao grupo dominante, do adulto e a necessidade de considerar a sua participação na sociedade”. (TOMÁS & SOARES, 2004:05).

Segundo Santos (2000), a globalização hegemônica não se constitui um fenômeno novo, mas desencadeado a partir do *Projeto Social e Cultural da Modernidade* ou simplesmente *Modernidade* que se estabeleceu entre o século XVI e finais do século

XVIII³ no âmbito da Europa Ocidental e se expandiu por todo o planeta, exercendo seu poder até hoje. Esse projeto complexo, ambicioso e revolucionário teve como ímpeto a construção de um mundo livre dos diversos problemas sociais que assolavam (e assolam) a humanidade, como a fome, a miséria, as doenças e as guerras. Para tanto, a Modernidade pretendeu regular a vida social e individual de todos, apostando fortemente na possibilidade de um equilíbrio entre os pilares nos quais se assentava, o da emancipação social e o da regulação social⁴. No desenvolvimento desse paradigma, foi fundamental o papel da ciência - “convertida numa instância moral suprema” - marcando uma extrema valorização do conhecimento científico do homem como o centro do universo, capaz de dominar a natureza. O projeto moderno confrontava-se com a lógica social vigente na Idade Média, a qual se baseava no misticismo e na fé, delimitando um modo de vida eminentemente contemplativo. Ao pretender seguir avidamente o caminho do progresso, apostou-se intensamente no uso dos métodos científicos, na tecnologia e na industrialização, ou seja, na busca da racionalidade e do conhecimento universal, sob a pretensão de equilibrar a regulação e a emancipação social na ânsia de cumprir suas promessas, entre as quais, a de uma vida mais feliz para todos.

Contudo, a despeito de ter sido inicialmente cunhado com forte caráter ético, humanista e coletivo, ao se identificar com o modo de produção capitalista (SILVA FILHO, 1998), por volta do século XVIII, o Projeto da Modernidade torna vigente a preocupação com valores de mercado e com o acúmulo de capital, sucumbindo a uma lógica que caracterizada por princípios pragmáticos, individualistas e competitivos, acabou por subverter as ideais de coletividade e bem comum, que até então o norteavam.

Com o advento do capitalismo, as promessas de que o avanço do conhecimento seria a solução dos problemas sociais com saúde, alimentação e moradia não se concretizaram, uma vez que os avanços tecnológicos não acompanharam as áreas sociais no que se refere à igualdade de condições e oportunidades para todos, isso porque o modelo

³ O autor toma como marco a Revolução Copernicana (Século XVI).

⁴ O pilar da regulação constitui-se pelos princípios do Estado, do Mercado e da Comunidade; e o pilar da regulação constituiu-se por três lógicas de racionalidade: a racionalidade estético expressiva (artes e literatura), a cognitivo-instrumental (ciência e tecnologia) e a moral prática (ética e direito). (SANTOS, 2000).

capitalista se consolida com base na exacerbação das desigualdades, imbuído pela lógica de concentração de renda e não de sua distribuição. A competição exacerbada e o desenvolvimento crescente do individualismo, incentivados pela lógica econômica e social capitalista, tornaram o ‘mercado’ o grande regulador das relações sociais, deixando cada vez mais longínquo o cumprimento das promessas humanistas de felicidade para todos, pois, enquanto uma parcela ínfima da população usufrui das benesses proporcionadas pela concentração da renda, amplas camadas da sociedade, incluindo as crianças, são expostas à exploração (econômica, social, cultural), e, muitas vezes, são submetidas às mais desumanas condições de vida.

À medida que o *Projeto Social e Cultural da Modernidade* veio se consolidando e se tornando hegemônico, colonizou povos e culturas, civilizando-os segundo seus referenciais e valores, e impôs “o” modo ideal e único de ser e de se produzir a existência. No desenvolvimento desse projeto, tem sido marcante a sobreposição da regulação à emancipação social, uma vez que ele se constitui incessantemente marcado pela tentativa de reduzir toda a diversidade existente a uma concepção hegemônica de mundo, a partir da imposição de uma lógica que suprime, desconsidera, desqualifica e torna ininteligíveis todos aqueles saberes, culturas, agentes e práticas que não se enquadram em seus referenciais⁵.

Nesse contexto, é possível dizer que a história de marginalização da infância e sua complexa situação social na contemporaneidade estão intrinsecamente relacionadas à própria concepção de infância, construída na Modernidade. A infância como invenção moderna constituiu-se a partir de um ideário adultocêntrico, universal, burguês e homogêneo pautado na negatividade, difundindo a concepção de criança como aquele

⁵ Em busca do progresso e da civilização, vistos como dádiva, foi que se disseminou o entendimento de que em nome desses ideais tudo seria permitido, inclusive a segregação dos povos e a aniquilação de suas culturas, pois estes eram percebidos como desejos inquestionáveis dos povos: “Afim, quem não haveria de querer ser civilizado?” Nessa perspectiva, ao agir em diferentes instâncias (epistêmica, social, cultural e econômica), o *Projeto da Modernidade* vem deixando como legado, a imposição de uma lógica que tenta homogeneizar, regular, sucumbir e universalizar conceitos e prática, fragmentando os espaços e os tempos, as diferentes culturas e sujeitos sociais. Esta imposição é alvo das críticas de Santos (2000), que acredita que sem superar a ideia de “universal” não será possível resolver os problemas da Modernidade. O autor questiona, de forma aprofundada, o caráter monoculturalista desta racionalidade que, não obstante ter sido gestada com intenções humanistas, impôs-se de forma autoritária como referência única, regulando, subordinando, classificando e marginalizando uma grande diversidade de culturas, práticas, ideias e saberes.

que não sabe, não fala, não participa⁶, reduzindo a infância a um tempo de preparação para a vida adulta.

A ideia de infância é uma ideia moderna. Remetidas para o limbo das existências meramente potenciais, durante grande parte da idade média, as crianças foram consideradas como meros seres biológicos, sem estatuto social, nem autonomia existencial. Apêndices do gineceu pertenciam ao universo feminino, junto de quem permaneciam, até terem capacidade de trabalho, de participação na guerra ou de reprodução, isto é até serem rapidamente integrados na adultez precoce. Daí que, paradoxalmente, apesar de ter havido sempre crianças, seres biológicos de geração jovem, nem sempre houve infância, categoria social de estatuto próprio. (SARMENTO, 2005:3).

Foi na *Modernidade* que a infância, construída a partir da negação e mantida sob privação nos meandros do contexto familiar começou a ser objeto de interesse público⁷. Nesse âmbito, a infância constituiu-se alvo de um processo complexo, homogeneizador e regulador, marcado pela criação de instâncias públicas de socialização, com ações diversas que confinaram as crianças, e definiram a separação formal e a proteção destas, pelo Estado, em relação aos adultos, delimitando o controle efetivo das crianças em diversos aspectos, tais como: frequência a certos lugares, horários e tipos de alimentação, participação na vida coletiva, mantendo-as à margem de algumas esferas como da produção e do consumo e da ação cívico-política. (SARMENTO, 2005). Nesse contexto, a escola surge como instrumento eficaz “para transformar estes seres não perfeitos em cidadãos (...). A ela passa a ser atribuída à responsabilidade de ‘burilar’ a imperfeição que representa a infância e dotá-la de linguagem e conhecimento”. (SILVA FILHO, 2004:111).

Com o acirramento dos problemas sociais e a eclosão do não cumprimento de suas promessas por déficits ou excessos, entra em crise⁸, com a Modernidade, o paradigma

⁶ (SACRITÁN, 2005).

⁷ Sarmento (2005) destaca a ocorrência da *institucionalização da infância*, um processo conjugado por diversos fatores, como a criação da escola pública, o recentramento do núcleo familiar no cuidado dos filhos, a produção de saberes periciais sobre as crianças e a promoção de uma administração simbólica da infância.

⁸ Ao se referir aos sinais de emergência, que cada vez mais começam a denunciar a lógica de concentração e exclusão do projeto, que pode ser denominado “pós-modernidade”, Santos (1997:77 apud SILVA FILHO, 1998:33) explicita que “Tanto o excesso no cumprimento de algumas das promessas como o déficit no cumprimento de outras são responsáveis pela situação presente, que se apresenta superficialmente como de vazio ou de crise, mas que é, a nível mais profundo, uma situação de transição. Como todas as transições são simultaneamente semi-cegas e semi-invisíveis, não é possível nomear

construído em relação à infância, isso porque, as condições de miséria e ineficácia das instituições que o sustentam, negligenciam a maior parte da população mundial, sobretudo a infância, colocando em suspenso a ideia de que é preciso manter as crianças sob o manto do protecionismo, à espera de, sob a égide de prepará-las para o futuro possivelmente próspero, pois, ao mesmo tempo, se torna cada vez mais difícil e incerta a concretização de tais promessas.

Ao tratar da situação atual da infância, Sarmiento (2006) enfatiza que o lugar da criança hoje, já não é o mesmo de outrora, visto que um conjunto complexo de rupturas sociais tem contribuído para pôr em xeque as ideias fundadoras do espírito da modernidade, quais sejam: “a crença na razão, o sentido do progresso, a hegemonia dos valores ocidentais e a ideia do trabalho como base social.” (p.110). Essas mudanças, segundo o autor, que lidam simultaneamente com a expansão das propostas de institucionalização da infância e com a crise das instâncias de legitimação que as justificam, vêm trazendo sérias implicações para o modo de vida das crianças.

Nesse sentido, Sarmiento (2005) compreende a existência de um processo de “reinstucionalização da infância” caracterizado por diversos fatores, entre os quais a reentrada⁹ da infância na esfera econômica- tanto no aumento do trabalho infantil nos países periféricos, quanto no marketing, com a utilização das crianças para venda de produtos, e, ainda pelo viés do consumo, com a extensão de um mercado de produtos específicos para as crianças. As tensões do processo de “reinstucionalização da infância” são sentidas na escola pela presença de fortes “turbulências”, pois esta instituição, suposta como instância de socialização para coesão social, tende a emergir como palco de disputas e trocas entre diferentes culturas, ao passo que diante desta “crise” reacendem-se correntes que “preconizam o regresso a uma concepção de escola autoritária, seletiva e segregadora.” (SARMENTO, 2006:111).

adequadamente a presente situação. Por esta razão lhe tem sido dado o nome inadequado de *pós-modernidade*. Mas, à falta de melhor, é um nome autêntico na sua inadequação”.

⁹ Sarmiento (2006) destaca como reentrada a visibilidade da inserção das crianças no mercado de trabalho, pois, para o autor, essa situação muitas vezes marcada por “piores formas de trabalho infantil”, não é recente e nunca se extinguiu. Nesse sentido, além da presença das crianças na esfera econômica, via setores de produção manufatureiras nos países “periféricos” e “semi-periféricos” e áreas dos países centrais, elas também “contam” tanto na produção e promoção, quanto no consumo de produtos para crianças.

Para Sarmiento (2005), outro fator embora ainda tendencial e progressivo, e que se constitui importante neste processo de reinstitucionalização da infância atualmente, são as trocas geracionais, pois enquanto as crianças estão sendo cada vez mais institucionalizadas em espaços controlados pelos adultos, “sem tempo para procurar descobrir seus limites e nem espaço para conhecer o sabor da liberdade” (SARMENTO, 2005:09), há uma crescente ocupação do espaço doméstico pelos adultos (desempregados, aposentados, com licenças parciais do trabalho ou em trabalho liberal).

Por fim, Sarmiento (2005) destaca a constituição de um mercado de produtos culturais para a infância, como programas de televisão, cinema, desenhos animados, seguidos pelo incremento comercial de produtos para a infância, tais como moda infantil, *fast-foods*, guloseimas e brinquedos.

Considerando, então, radicalizadas as condições sociais de vida das crianças no plano estrutural e simbólico, indaga Sarmiento (2004) sobre o lugar das crianças na contemporaneidade, pois, em face das condições postas, poderia se supor que as crianças estariam completamente assujeitadas, regressando, assim, “àquela situação da pré-modernidade em que tinham realidade empírica, mas não autonomia, nem como sujeitos de ação, nem como categoria geracional com reconhecimento e direitos próprios”. Soando como um questionamento, a resposta do autor é de que, não obstante a infância se constituir o grupo geracional, nas condições atuais da globalização hegemônica, mais afetado problemas sociais e econômicos, não foram lhe retiradas a identidade plural nem a autonomia de ação. Com efeito, pontua o autor, “afinal, ainda há um lugar para a infância” e a identidade das crianças¹⁰ é também uma identidade cultural, de tal modo que a cultura da infância se constitui um objeto central na compreensão das mudanças estruturais contemporâneas, uma vez reconhecidas suas capacidades de constituírem culturas. Culturas estas, não totalmente redutíveis às culturas dos adultos.

¹⁰ Sarmiento (2004) prescreve que a identidade da infância pode ser compreendida pelo fato de as crianças não terem capacidade jurídica de decisão autônoma, necessitarem de proteção e ainda serem legalmente subordinadas aos adultos que cuidam delas. Além disso, tal identidade situa-se ainda em alguns fatores sociais que condicionam profundamente as suas formas de existência, tais como: Estatisticamente existem mais crianças pobres que outro qualquer grupo geracional; A compulsividade de frequência à escola apenas obriga as crianças; A imensa maioria delas não tem rendimentos econômicos próprios, e existe uma vasta produção cultural destinada às crianças em várias áreas.

Tal entendimento - a de que as crianças são produtoras culturais - apresenta-se como uma frontal oposição às teses dominantes que as apresentam como meros receptores passivos, que se caracterizariam pela dependência da razão, das normas e dos valores que os adultos lhes colocam. Isso porque “dentro da teoria de socialização tradicional as crianças eram vistas para serem simplesmente oprimidas pelos meios nos quais se encontravam. O que o paradigma emergente dentro da etnografia da criança começou a fazer foi forçar a sua tampa, deixando-nos ver as crianças como possuidoras de agência individual, como atores sociais competentes e intérpretes do mundo”. (PROUT & JAMES, 2000:10)

É sob essa perspectiva que se evidencia a importância da defesa dos direitos das crianças, inclusive pela sua participação na sociedade. Tal movimento suscita também a desconstrução crítica dos conceitos tecidos para designar as lutas e iniciativas coletivas, de modo que a luta pela promoção dos direitos e da cidadania ativa das crianças não seja esfacelada, diluída ou cooptada pela globalização hegemônica. Santos (2003) enfatiza esse pressuposto, destacando que vários conceitos, entre os quais - reconhecimento, diferença, cultura, justiça, direitos, cidadania - foram/são cooptados pela cultura hegemônica. Esse é o caso, do termo multiculturalismo, que possui diferentes noções, nem todas de caráter emancipatório.

Diante das inúmeras afirmações identitárias que emergem na contemporaneidade (crianças, negros, mulheres, indígenas, homossexuais, etc.), o multiculturalismo tem sido estrategicamente utilizado para definir e afirmar a existência de diferentes culturas que coexistem no mesmo espaço e se inter-influenciam. Contudo, ao tomar o conceito de cultura associado à cultura ocidental, esse auto denomina-se como central, - ou “o” depositário do que melhor foi pensado e produzido pela humanidade. Tal perspectiva estabelece-se como referência de seleção e de valorização, elidindo e classificando as culturas como “outras”, ou “periféricas”, reproduzindo assim, “concepções eurocêntricas de universalidade e diversidade”, o que se faz sob o discurso “decorativo” de contemplar a diversidade, porém de forma subordinada, pois não as considera realmente importantes. (SANTOS, 2003:27-31).

Nesse sentido, Santos (2003), ao problematizar a regulação social, tece reflexões críticas às propostas que tendem a homogeneizar as pessoas, as relações e os modos de ser e agir, já que social e historicamente, os mecanismos de regulação têm incorporado as formas de emancipação social. Não sendo possível pensar a emancipação social sem regulação, pois existem regularidades que são necessárias na luta por um projeto coletivo, a determinação de único modelo de enquadramento social, escamoteia um projeto excludente. O Multiculturalismo, em sua versão “celebratória”, anuncia um pretenso respeito e reconhecimento da diversidade cultural existente. Contudo, sendo monocultural, compreende e aborda como subordinadas as alternativas que não sejam aquelas enquadradas nos cânones da Modernidade. (SANTOS, 2003).

Remetendo tais implicações para a infância, percebemo-nos mais uma vez, em face da tentativa de subjugar as crianças, de desconsiderar suas culturas e de impor-lhes um modo único de ser, agir, sentir e expressar-se, pois sob a égide da proteção e da ideia implícita de que somente a ordem leva à emancipação, as crianças têm sido continuamente cerceadas de sua participação cívico-política. Isso porque, os adultos exercem sobre elas uma autoridade socialmente legitimada, que age em nome de uma “reconhecida” necessidade de prepará-las para “ser alguém” no futuro.

No debate acerca das possibilidades e dos constrangimentos colocados às crianças em face de determinadas configurações sociais e simbólicas na contemporaneidade, torna-se essencial destacar que, apesar de a globalização exportar uma dada referência que se intitula universal e tentar de toda a forma sobrepor-se a outras, ela não é a única, pois “o mundo que existe é muito maior do que aquele que a Modernidade teoriza”.

A globalização hegemônica encontra-se cada vez mais confrontada por um conjunto de movimentos e iniciativas alternativos e contra-hegemônicos que buscam dar vez e voz àqueles que foram excluídos e marginalizados por esse sistema, lutando assim, contra “todas as formas de intensificação das ações contra a opressão, a exploração, contra as situações de poder desigual, de inclusão subalterna, de despromoção sobre as vítimas, por exemplo, de discriminação sexual, étnica, racial, religiosa, etária, etc.”

Inserido nesse conjunto de ações e em defesa de uma forma de globalização alternativa e contra-hegemônica, busca-se consolidar, de forma ainda incipiente, um movimento

global de luta pelos direitos das crianças, designado como Cosmopolitismo Infantil, um movimento epistêmico e social de abrangência transnacional constituído por diversas organizações (Unicef, Childwatch, International Save the Children Alliance, Unesco, entre outras); e pela comunidade científica, especialmente pela Sociologia da Infância, instâncias que, sobretudo têm contribuído na

[...] consolidação da imagem da criança como sujeito de direitos, para o reconhecimento crítico da alteridade da infância (Sarmiento et al, 2004), e para uma mudança de paradigma, que considere as crianças atores sociais e a infância como categoria social tipo geracional desconstruindo desta forma, uma imagem abstrata da infância, negando a ideia de considerar o grupo das crianças como um grupo homogêneo; e, nas lutas, organizações, iniciativas e experiências dos Movimentos Sociais de Crianças (MSCs).(TOMÁS, 2004:44)

Perspectivando as crianças e as infâncias sob o ponto de vista da luta pela emancipação social, alguns questionamentos se evidenciam: Qual o lugar da infância na contemporaneidade? Como lutar para o reconhecimento das especificidade das crianças perante os adultos e ao mesmo tempo reivindicar que ambos sejam vistos e se vejam como iguais? Como olhar a criança além da dicotomia adulto-criança? É possível olhar as crianças sem ver sua condição de subalternidade em relação ao adulto? Ou ainda, conforme questiona Sarmiento (2005:10): Há possibilidade de pensar as crianças como sujeito social nas condições impostas pela 2ª Modernidade?

Seguindo a ótica de Santos (2000), compreende-se que a luta para recuperar a riqueza social que está a ser desperdiçada e por tornar visíveis e credíveis movimentos alternativos, não pode ser realizada por meio da “ciência social tal como a conhecemos”- denominada pelo autor de “razão indolente”¹¹. Para desafiar a “razão indolente”, que em outras manifestações, insiste em transformar conhecimentos hegemônicos em verdadeiros, o autor propõe um modelo diferente de racionalidade – a razão cosmopolita – fundamentada em “três procedimentos meta-sociológicos”: a Sociologia das Ausências, a Sociologia das Emergências e o trabalho de tradução.

¹¹ A razão indolente “subjaz, nas suas várias formas, ao conhecimento tanto filosófico quanto científico, produzido nos últimos duzentos anos.” (2000:96). O autor destaca as quatro formas que emanam da razão indolente: razão impotente – baseada no determinismo e no realismo; a razão arrogante – baseada no livre arbítrio e no construtivismo; a razão metonímica – baseada no reducionismo e no dualismo; e a razão proléptica – baseada na ideia de evolucionismo e do progresso incontestável.

Entendendo que as ideias lineares de tempo e temporalidade, características da lógica da Modernidade, têm contraído e minimizado o tempo presente em nome do futuro, a *racionalidade cosmopolita* proposta pelo autor propõe, justamente, inverter esse processo: expandir o presente por meio da Sociologia das Ausências e contrair o futuro, valorizando “a inesgotável experiência social que está em curso no mundo, hoje”, por meio da Sociologia das Emergências.

Essa compreensão de Santos evidencia-se importante para lidarmos e nos contrapormos à ideia de infância, construída na modernidade, que tende a aligeirar “o tempo-lugar da infância, que, constituído de forma hegemônica nas práticas sociais do mundo moderno ocidental, enfatiza a linearidade e cronologia” (SOUZA & PEREIRA, 1998:32), e a preparação para o futuro, ainda que a promessa de um futuro melhor esteja cada vez mais dissipada.

A criança, no mundo moderno, também veste as asas do anjo da história. ‘O que você vai ser quando crescer?’ Crescer. Futuro. As asas abertas talvez não signifiquem promessas de voo. Seriedade. Sisudez. É preciso tornar-se um sujeito de razão. Prontidão. Amadurecimento. Pressa. Rotina catalogada: escola inglês judô informática natação ufa! Crianças vivendo na rua. Trabalho infantil. Erotização. Prostituição. Objeto de consumo. Apressamento da infância. Empurrada/seduzida cada vez mais para o futuro - o mundo adulto -, contempla o passado e acumula ruínas a seus pés: brinquedo, fantasia, peraltice, imaginação, burburinho. ‘Já é uma mocinha’, ‘É homem feito’... E o tempo? *O tempo passou na janela*, como diz a canção popular. E a gente não viu. Que imagens guardar de tudo isso? Que diálogo manter com um tempo que se evapora aos nossos pés sem deixar rastros ou marcas? (SOUZA & PEREIRA, 1998:32)

As palavras das autoras evidenciam as contradições que entremeiam uma lógica reducionista que pouco parece se importar com as crianças no presente, e menos ainda com as especificidades e singularidades constitutivas dos seus modos de ser, estar, agir e compreender o mundo. É a partir da Sociologia das Emergências, que Santos (2000) se propõe a confrontar essa monocultura de um tempo linear imposta e naturalizada, que trata o futuro como se este tivesse uma única direção¹². A compreensão suscitada por essa perspectiva parece subsidiar a representação de infância construída socialmente,

¹² Essa ideia de futuro homogêneo, vazio e infinito, é definida pelo autor como razão proléptica. Com o objetivo de atenuar a discrepância entre “a concepção de futuro da sociedade e a concepção de futuro dos indivíduos”, Boaventura (2000) propõe a “contração do futuro”, a partir da substituição do vazio do futuro por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas.

que ainda tende a tentar controlar e padronizar as crianças, negando-as no presente, designando-as a um lugar de espera e de silenciamento, como um “vir a ser”, ou seja, que não é, mas “que se define apenas em função de algo que é definido e completo: o adulto”. (PERROTTI, 1990:12).

Essa teorização nos leva a pensar na infância, e nos remete à necessidade de auscultar as crianças, pois são sujeitos que possuem “ideias, vontades e expectativas” (PINTO, 2000:83) que podem contribuir para perceber e reinterpretar a realidade, construindo novos significados, tempos e diálogos, ajudando-nos a enxergar outras possibilidades diante do que nos é colocado como natural e inquestionável.

A incapacidade infantil de não entender certas palavras e manusear os objetos dando-lhes usos e significações ainda não fixados pela cultura nos faz lembrar que tanto os objetos como as palavras estão no mundo para ser permanentemente re-significados por nossas ações. Palavras e objetos, por serem criações humanas, não são fixos, nem imutáveis. A infância, portanto, pode ser vista como elemento capaz de desencantar o mundo da razão instrumental, trazendo à tona a crítica do progresso e da temporalidade linear do século das luzes. Porém, mais do que tudo isso, a criança, na sua fragilidade, aponta ao adulto verdades que ele já não consegue ouvir ou enxergar. (SOUZA & PEREIRA, 1998:35-36).

Nessa mesma perspectiva, cabe destacar que a Sociologia das Ausências, teorizada por Santos (2000:102), visa justamente revelar que “o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe” e seu objetivo é transformar as ausências¹³ em presenças¹⁴. Interessa-nos,

¹³ Boaventura de Sousa Santos (2000) ressalta as cinco lógicas de produção da não existência, produzidas pela razão metonímica, que têm em comum o fato de serem manifestações da “monocultura racional”, são elas: A **lógica da monocultura e rigor do saber**, que, na adoção da ciência moderna, como única verdade possível ou cultura válida, só legitima como existente o que o cânone reconhece. A **lógica da monocultura do tempo linear** que difunde a ideia de tempo linear, com um único sentido e uma única direção (progresso, revolução, modernização, crescimento e globalização). A **lógica da classificação social** que se consolida na naturalização das diferenças e na classificação social, racial e sexual das pessoas, tornando essas hierarquizações “naturalmente” insuperáveis. A **lógica da escala dominante** que se determina com o privilégio de vigorar determinadas “entidades e realidades” como globais, o que consequentemente desacredita o que é produzido em contextos locais. E a **lógica produtivista** que toma crescimento econômico como objetivo racional e inquestionável, produzindo a não existência como o improdutivo.

¹⁴ Confrontando as cinco lógicas de produção da não existência (da monocultura e rigor do saber, do tempo linear, da classificação social, da escala dominante e a produtivista) o autor propõe cinco ecologias: a ecologia dos saberes, a ecologia das temporalidades, a ecologia dos reconhecimentos, a ecologia das transescalas e a ecologia das produtividades. A **ecologia dos saberes** confronta-se com a lógica da monocultura do saber e do rigor científico, identificando outros saberes e outras práticas credíveis, porém desacreditadas por essa monocultura, para que possam participar de debates

principalmente evidenciar uma compreensão fundamental na Sociologia das Ausências: “não há ignorância geral, nem saber geral. Toda ignorância é ignorante de um certo saber e todo saber é a superação de uma ignorância particular.” (p.106). Essa perspectiva de compreensão é essencial para confrontar a subalternidade do suposto “não saber” imposto pelos adultos às crianças, permitindo referenciar ambos - crianças e adultos - como portadores de incompletudes mútuas, saberes e ignorâncias diferentes. Esta abordagem é ao mesmo tempo, epistêmica e social, pois implica em dois exercícios imaginativos: o da imaginação epistemológica – que “permite identificar os saberes, as perspectivas e as escalas de identificação, análise e avaliação das práticas”, e o da imaginação democrática - que “permite o reconhecimento de diferentes práticas e atores sociais.” (SANTOS, 2000).

A estratégia de enfrentamento proposta pela Sociologia das Ausências consiste na ampliação da diversidade, demarcando a necessidade de ir em busca desse diverso na sua fonte, o que implica em não analisar o que é diferente segundo um referencial pré-estabelecido, mas reconhecê-lo na sua especificidade, como capaz de dizer de si mesmo, compreensão que consubstancia a crítica às ideias construídas social e historicamente para delimitar uma suposta condição natural de subalternidade das crianças em face dos adultos. Deste modo, essa perspectiva nos permite refletir acerca da necessidade de construir relações de horizontalidade entre os adultos e as crianças, uma vez que “o reconhecimento de incompletudes mútuas é condição *sine qua non* de um diálogo intercultural.” (SANTOS, 2001). Essa compreensão é essencial no trabalho de tradução proposto por Boaventura de Souza Santos, pois “permite criar inteligibilidade recíproca

epistemológicos com outros saberes, inclusive com o saber científico. A monocultura do tempo linear é confrontada pela Sociologia das ausências a partir da **ecologia das temporalidades**, baseando-se no argumento de que a concepção de tempo linear é apenas uma, entre as muitas concepções de tempo existentes, “não sendo sequer a mais praticada”. O autor enfatiza que diferentes culturas criam e estabelecem distintas relações com o tempo. Denuncia o poder que circula nas formas de conceber o tempo, já que a modernidade capitalista ocidental reconhece apenas o tempo linear que o fundamenta, sendo as outras temporalidades “desqualificadas, suprimidas ou tornadas ininteligíveis” por essa monocultura. A **ecologia dos reconhecimentos** confronta-se com a lógica da classificação social, ao contestar a colonialidade do poder capitalista moderno e ocidental que identifica a diferença como desigualdade, ao mesmo tempo em que determina quem é igual e quem é diferente, segundo seu padrão. A Sociologia das Ausências opõe-se a essa colonialidade, propondo uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos. A **ecologia das transescalas** propõe-se a confrontar a lógica do universalismo abstrato e da escala global, dando visibilidade ao local ao invés do global, num movimento que implica primeiro em desglobalizar o local em relação à globalização hegemônica, explorando a possibilidade de reglobalização contra-hegemônica por meio da articulação às aspirações locais de oposição. A **ecologia das produtividades** evidencia diversos movimentos sociais e populares que esbarram na lógica de produtividade do capitalismo global.

entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela Sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências.” (SANTOS, 2000:123-124).

Ao argumentar sobre a necessidade de dar vez e voz às culturas, aos sujeitos e aos saberes que foram/são negligenciados pela Modernidade, Santos (2000) respalda nossa busca por ouvir, reconhecer e legitimar as vozes das crianças, o que significa confrontar uma ideia ainda hegemônica, disseminada por esse projeto que as concebe como sujeitos irracionais e incapazes de falar e fazer escolhas em seu próprio proveito. Uma lógica que protela as crianças o exercício do direito de escolha e de participação nas coisas que lhes dizem respeito, mantendo-as na posição de tutela, guarda e silenciamento perante os adultos sob o argumento da proteção.

Na contraposição a esse paradigma que se auto proclama único, cabe também destacar o entendimento de Sarmiento (2005), que se coaduna com as teorizações de Boaventura de Sousa Santos, e indica que nos modos de serem, estarem e agirem no mundo, ou seja, na produção de suas culturas infantis, as crianças se diferenciam e tentam resistir à regulação e à padronização impostas pela racionalidade moderna adultocêntrica.

A infância não é a idade da não-razão: para além da racionalidade técnico-instrumental, hegemônica na sociedade industrial, outras racionalidades se constroem, designadamente nas interações entre crianças, com a incorporação de afetos, da fantasia e da vinculação ao real. [...] A infância não vive a idade da não-infância: está aí, presente nas múltiplas dimensões que a vida das crianças (na sua heterogeneidade) continuamente preenche. (SARMENTO, 2005: 25).

Neste percurso de busca por alternativas, torna-se importante reconhecer a significativa contribuição da Sociologia da Infância, que avalia criticamente o modelo de globalização hegemônica, “propondo-se a interrogar a sociedade a partir de um ponto de vista que toma as crianças como objeto de investigação sociológica por direito próprio, fazendo crescer o conhecimento, não apenas sobre a infância, mas sobre todo o conjunto da sociedade globalmente considerada.” (SARMENTO, 2005:361). Defendendo a garantia da promoção da cidadania ativa das crianças, a Sociologia da Infância vem consolidando a compreensão da infância como categoria social e das crianças como sujeitos sociais que possuem competências e “o direito de fazer escolhas informadas, de tomar decisões relativas à organização dos seus cotidianos e de

influenciar e/ou partilhar a tomada de decisões dos adultos.” (TOMÁS & SOARES, 2004:138).

Diante das questões expostas, recorreremos às palavras de Soares (2002) que assinalam a necessidade de encarar o desafio de consolidação de uma cultura

[...] que associe direitos de protecção, provisão e participação de uma forma interdependente, ou seja, que atenda à indispensabilidade de considerar que a criança é um sujeito de direitos, que para além da protecção, necessita também de margens de ação e intervenção no seu cotidiano, é a defesa de um paradigma impulsionador de uma cultura de respeito pela criança cidadã: de respeito pelas suas vulnerabilidades, mas também de respeito às suas competências. (SOARES, 2002:08)

A tentativa de compreensão explicitada neste texto, ao ancorar-se principalmente nos estudos de Boaventura de Souza Santos, pretendeu ressaltar a necessidade de enfrentar um grande desafio, potencialmente emancipatório que se revela na frase de Fernando Pessoa, quando este fala de um movimento recíproco: o “de te olhar com teus olhos e de tu me olhares com os meus”. O estabelecimento do diálogo intercultural proposto por Santos como linguagem da emancipação é, sem dúvida, um promissor percurso na consolidação de relações sociais que se pautem no respeito e no reconhecimento de diferentes inteligibilidades e incompletudes entre distintas culturas, práticas e sujeitos sociais, sem discriminação sexual, étnica, racial, religiosa, etária, etc.

Perspectivar as crianças sob essa ótica reporta ao reconhecimento do nosso não saber sobre elas e sobre seus modos de ser, desafio que nos exige reflexividade¹⁵ para não impor a racionalidade adulta como único referencial para olhar, compreender e se relacionar com as crianças. É esse entendimento que fundamenta os novos estudos sociais da infância que, sob o respaldo da Sociologia da Infância e da Pedagogia da Infância¹⁶, tentam fazer uma ruptura e relação aos modos de ver as crianças, assumindo

¹⁵ A *reflexividade investigativa* se constitui um princípio metodológico central para que não projetemos nosso olhar sobre a criança, colhendo dela apenas aquilo que é reflexo do conjunto dos nossos próprios conceitos e representações. (SARMENTO& PINTO, 1997).

¹⁶ Os termos “Pedagogia da Infância” e mais especificamente “Pedagogia da Educação Infantil” foram cunhados por Rocha (1999). A autora vem assinalando que “mesmo que uma Pedagogia da Infância coloque-se apenas como uma possibilidade, uma vez que não se encontre na realidade uma construção equivalente de orientações educativas particularmente dirigidas à infância, este termo, independentemente das estruturas sociais que lhe dão conformidade (escola, creches e pré-escolas), possibilita a demarcação, ainda que transitória e provisória, de um campo em constituição”. (ROCHA, 2002: 83).

o compromisso de buscar conhecê-las e estudá-las por seu próprio mérito (QVORTRUP, 1999), fazendo-nos “confrontar, conhecer um ponto de vista diferente daquele que nós seríamos capazes de ver e analisar no âmbito de pertença dos adultos.” (ROCHA, 2008: 46-49).

A complexidade da situação social da infância contemporânea clama o estabelecimento de uma cultura de reconhecimento das crianças na sua alteridade, a partir do respeito aos seus direitos, desejos, especificidades, e à sua participação, indicando que a construção da cidadania ativa das crianças se constitui um passo significativo no caminho da construção de outro mundo possível a partir do que estamos vivendo, das ações e relações cotidianas: um mundo mais democrático e justo para todos, inclusive para as crianças.

Referências Bibliográficas

CORSARO, William. **A reprodução interpretativa no brincar ao faz de conta das crianças.** Educação, Sociedades e Culturas. In: Revista Educação, Sociedade e Culturas. Nº 17, 2002. p.113-134.

FARIA, Ana Lucia Goulart de. Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na Educação Infantil. Primeira Etapa da Educação Básica. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.26. n. 92, p. 1013 – 1038. Especial – Out. 2005. Disponível: <<http://www.scielo.br>>.

GAITÁN, Lourdes. **Sociología de la infancia: análisis e intervención social.** Editora Síntesis, Madrid, 2006.

PERROTTI, Edmir. A criança e a produção cultural. In: ZILBERMAM, Regina (org.) **A produção cultural para a criança.** POA: Mercado Aberto, 1990: 09-27.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. In: SARMENTO, Manuel J. PINTO, Manuel. (coord.). **As Crianças – Contextos e Identidades.** Portugal: Ed. Centro de Estudos da Criança, 1997.

PINTO, Manuel. **A infância como construção social.** In: SARMENTO, Manuel J. PINTO, Manuel. (coord.). **As Crianças – Contextos e Identidades.** Portugal: Ed. Centro de Estudos da Criança, 1997.

PINTO, Manuel. **A Televisão no Quotidiano das Crianças.** Lisboa: Afrontamentos, 2000.

PROUT, A. **Reconsiderar a nova sociologia da infância.** Braga: Universidade do Minho; Instituto de Estudos da Criança, 2004. (texto digitado).

QVORTRUP, J.: **A infância na Europa: novo campo de pesquisa social**’. In *Textos de Trabalho n.1.* Instituto de Estudos da Criança, Braga, 1999.(mimeo)

RIZZINI, Irene. **Infância e globalização:** Análise das transformações econômicas, políticas e sociais. Arquivos Brasileiros de Psicologia, vol. 58, nº 2, 2006.

ROCHA, Eloísa A. C. **A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1999.

ROCHA, Eloísa A. C. **Infância e educação: delimitações de um campo de pesquisa.** Revista Educação Sociedade e Culturas nº 17, p.67-88, 2002.

ROCHA, Eloisa A. Candal. **Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar.** In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (org.). **A escuta de crianças em pesquisas.** São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** Vol 1. Para um novo senso comum. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.415p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: Os caminhos do Cosmopolitismo Multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.614p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós moderno ao pós colonial. Para além de um e de outro. In: **Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.** Conferencia de abertura. Coimbra, Portugal, setembro de 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós Modernidade.** (4ª Ed.). São Paulo: Cortez, 2000.348p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo, Para uma nova cultura política.** Vol. 4. (Para um novo senso comum...). 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2006.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade.** In: Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Edições Asa, Portugal, 2004. p. 09-34.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da infância.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005a.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Crianças, educação, culturas e cidadania activa.** Perspectiva, Florianópolis, v.23, n.01, p. 17-40, jan/jul. 2005b.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As Culturas da Infância na encruzilhada da Segunda Modernidade. In: SARMENTO, Manuel J. CERISARA, Ana B. (Orgs.). **Crianças e Miúdos.** Porto: Edições Asa, 2004.

SARMENTO, Manuel J. **Relatório da Disciplina de Sociologia da Infância.** Universidade do Minho, 2006.

SILVA FILHO, João Josué. **Super-Heróis ou Vilões?** Um estudo das Possibilidades do Uso pedagógico da Informática na Educação Infantil. Tese. (Doutorado em Educação) UFSC, 1998.

SILVA FILHO, João Josué. Educação infantil e informática: entre as contradições do moderno e do contemporâneo. In: SARMENTO, Manuel J. CERISARA, Ana B. (Orgs.). **Crianças e Miúdos: perspectivas sócio pedagógicas da infância e educação.** Porto: Edições Asa, 2004.

SOUZA, Solange J. & PEREIRA, Rita M. R. **Infância, Conhecimento e contemporaneidade.** In: 21ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED: Caxambu, 1998.

SOARES, Natália. **Os direitos das crianças nas encruzilhadas da Protecção e da Participação.** Universidade do Minho. Instituto de Estudos da Criança. I Encontro Nacional sobre Maus Tratos, negligência e risco, na Infância e na Adolescência, 2002.

SOARES, Natália. **Direitos da Criança: realidade ou Utopia?** In: PINTO, Manuel. In: SARMENTO, Manuel J. PINTO, Manuel. (coord.). *As Crianças – Contextos e Identidades*. Portugal: Ed. Centro de Estudos da Criança, 1997.p.75-111.

TOMÁS, Catarina Almeida. As crianças como prisioneiras do seu tempo-espaço. Do reflexo da infância à reflexão sobre as crianças em contexto global. Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.1, pp.41-55, Jan/Jun 2006.

TOMÁS Catarina & SOARES, Natália. O cosmopolitismo infantil: uma causa (sociológica) justa. In: **V Congresso Português de Sociologia**, Braga Portugal, 2004.